Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e três

Estiveram presentes à reunião: Dr. Adail de Almeida Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Sr. Aldimir Hervella, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sul; Sr. Claudinei dos Santos, representante dos conselhos de classe; Sra. Denilza Ap. da Silva, representante do Movimento Sindical; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCCAMP; Sr. Edson Eugênio, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. João Carlos Lourenço, representante do Movimento Sindical; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Araújo da Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Augusto Limoli, representante das associações de aposentados; Sr. José David Santomauro, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Sra. Márcia Castagna Molina, representante da Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Marcos Silveira, representante das entidades patronais; Sra. Maria da Graça S. Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Dra. Maria do Carmo Carpintéro, Secretária Municipal de Saúde; Sra. Maria Ivonilde V. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Matilde Alves Pontes, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sra. Regina M.C. Lara Campos, representante da Diretoria Regional de Saúde; Sra. Rosângela Martinhago, representante do Movimento Sindical; Dra. Silvia Helena R. Mateus, representante das entidades de classe; Sra. Tereza de Jesus Martins, representante dos serviços de saúde municipais; Dr. Adilson Rocha Campos, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Antonio Barbosa dos Santos, representante suplente do Movimento Popular de Saúde; Dr. Luiz Roberto Lopes, representante suplente dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. Renato Souza Santos, representante suplente das associações de aposentados; Dr. Roberto Mardem S. Farias, representante suplente da Secretaria Municipal de Saúde; Sra. Wanderci Ap. Diniz Loro, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Sra. Silvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho. Justificaram ausência: Dr. Carlos Alberto Politano, representante dos hospitais filantrópicos; Dr. Ivan F.C. Toro, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. Jacó dos S. Bastos, representante do Movimento Sindical; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos hospitais não filantrópicos. Faltaram: Sra. Ivandira dos S. Amorim, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudoeste; Dr. Luiz Maria Pinto, representante da PUCCAMP; Dr. Paulo Eduardo M.R. da Silva, representante da UNICAMP.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação das atas da reunião extraordinária de 13.11.02 e da reunião de 11.12.02; 2) Mudanças na Secretaria de Saúde / alteração da representação no Conselho; 3) Validação da aprovação do Plano de Ações e Metas do Programa Municipal de DST/AIDS; 4) Orientações para eleição dos Conselhos Locais e Municipal de Saúde; 5) Conselho Fiscal e Mesa Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde; 6) Dengue; 7) Informes.

Dra. Maria do Carmo iniciou a reunião dando boas vindas a todos e desejando um ano de muito trabalho e de bastante conquistas, de consolidação da participação e da integração entre os diversos segmentos. Após fazer a leitura da pauta da reunião, Sra. Maria da Graça passou a presidência da mesma à Dra. Maria do Carmo. Foi proposta uma alteração na ordem da pauta, solicitando que a discussão sobre dengue fosse feita logo após a apresentação das mudanças na Secretaria. Dra. Maria do Carmo colocou em votação a ata da reunião extraordinária de 13.11.02, que foi aprovada com 3 abstenções, e a da reunião de 11.12.02, que foi aprovada com uma abstenção. Dra. Maria do Carmo colocou que após a ida do Dr. Gastão para o Ministério da Saúde e tendo ela assumido a Secretaria, foi necessária uma reorganização interna, mas buscando a continuidade do projeto, que foi fruto da construção de todos. Sendo assim, apresentou as alterações efetuadas na equipe de trabalho: para o Departamento de Saúde, que era o lugar ocupado por ela, foi conduzido o Dr. Roberto Mardem S. Farias; no Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional assumiu o Dr. Adilson Campos, no lugar da Dra. Márcia Amaral, que também foi para o Ministério da Saúde; para o acompanhamento das questões de assistência farmacêutica e do Conselho Municipal de Saúde foi trazida a Sra. Márcia Molina, que era Diretora Administrativa do Hospital Mário Gatti; no Distrito Sudoeste assumiu o Dr. Fábio, no lugar do Dr. Roberto; na Diretoria Administrativa do Hospital Mário Gatti, o Sr. Ivan. Os demais diretores, coordenadores de distrito e de núcleo foram mantidos. A representação da Secretaria no Conselho será feita pela Dra. Maria do Carmo e Sra. Márcia, como titulares, Dr. Adilson e Dr. Roberto como suplentes; Dra. Tereza de Jesus Martins, coordenadora do Distrito Sul, como representante titular dos serviços de saúde municipais, tendo sido mantido o Dr. Paulo Vicente, coordenador do Distrito Norte, na suplência; no Hospital Mário Gatti, como representante suplente, assumiu o Dr. Ricardo Abud Gregório. Sra. Silvia apresentou o Dr. Luiz Roberto Lopes, coordenador de assistência do Hospital de Clínicas, como representante suplente dos serviços de saúde da UNICAMP. Dra. Maria do Carmo colocou aos conselheiros que o assunto dengue tem sido pauta obrigatória de todas as reuniões da Secretaria e que considerava importante que o Conselho também o discutisse devido à importância do tema para o município. Passou a palavra à Sra. Salma, coordenadora da COVISA, para que a mesma apresentasse o trabalho que vem sendo realizado pela Secretaria. Sra. Salma apresentou planilha contendo a distribuição da epidemia durante o ano de 2002, que teve um total de 1462 casos, sendo 1244 autóctones e 196 importados. Dentre os casos foram diagnosticados 9 de febre hemorrágica da dengue, o que é um dado importante, pois o sucesso do tratamento depende da rapidez do diagnóstico. Em seguida apresentou planilha com a distribuição dos 38 casos de dengue detectados no mês de janeiro, sendo 20 autóctones, todos no Distrito Sul; 12 importados, sendo 1 no Distrito Norte, 4 no Sul, 1 no Leste e 6 no Sudoeste; 6 em investigação, sendo 4 no Distrito Sul e 2 no Noroeste. Apresentou ainda dados comparativos entre os períodos de novembro/dezembro/2001 e janeiro/2002 e novembro/dezembro/2002 e janeiro/200, dados esses que mostram uma diminuição importante no número de casos, reflexo do trabalho realizado. Os fatores que colaboraram para isso foram: aumento da suspeita; busca ativa de novos casos; remoção de criadouros; controle de pontos de risco; trabalho com imóveis especiais (prédios abandonados, imóveis fechados, escolas, hospitais); diminuição da tolerância com as reincidências (notificação, advertência, multa, interdição); colocação de telas, capas e tampas nas caixas d'água; contratação de pessoal para reforço; Projeto Criadouro Zero com as CIPA; variadas formas de ações educativas; monitoramento da infestação através do índice de Breteau; contratação de equipes de limpeza (em curso) para áreas mais críticas; aplicação de inseticidas em áreas de transmissão (além da equipe municipal, contratação de empresa). Destacou a necessidade de participação dos conselheiros nos planos de intervenção, cada um no seu âmbito de representação e atuação, o que foi reforçado pela Dra. Maria do Carmo. Sr. Xavier declarou ter consciência do papel do conselheiro nessa questão e também que, embora venha sendo realizado um trabalho conjunto entre a comunidade, o Centro de Saúde e a Regional, ainda há bastante dificuldades para remoção dos entulhos quando são feitos os arrastões. Dr. Adail perguntou como estava a situação da região com relação ao combate à dengue, se havia algum tipo de articulação com as cidades do entorno de Campinas e se havia disponibilização de recursos tanto do nível estadual quanto do federal, uma vez considerar não ser a resolução desse problema unicamente de responsabilidade dos municípios. Sra. Jenice perguntou como estava o envolvimento das outras Secretarias com relação à dengue e se os funcionários do serviço 156 estavam capacitados para atender rapidamente às denúncias da população. Sr. Rocha perguntou qual o critério utilizado para distribuição de tampas e telas para caixas d'água. Sra. Denilza considerou muito importante o lançamento do Projeto Criadouro Zero e perguntou sobre sua continuidade e envolvimento de maior número de CIPA. Antes de responder às questões colocadas, Sra. Salma mostrou planilha discriminando os bairros onde a epidemia está concentrada. Com relação à região, colocou que Campinas tradicionalmente apresenta o maior número de casos, por ser um grande centro urbano, o que dificulta a interrupção da transmissão, mas também há casos em Hortolândia e Americana. Esclareceu que existe uma Comissão Regional de Combate à Dengue que, com o passar dos anos, tem conseguido fazer ações mais articuladas. Declarou que tem sido feito trabalho conjunto com Sumaré e Hortolândia para resolver problemas das regiões do Anchieta e São Marcos. Com relação ao financiamento esclareceu que até o ano 2000 era específico para dengue, mas a partir de então passou a ser através de teto financeiro para epidemiologia e controle de doenças, que corresponde a R$ 174.000,00 por mês, recurso esse que é consumido todo na folha de pagamento dos agentes comunitários de saúde, pois também realizam ações de combate à dengue. Esse financiamento é absolutamente insuficiente para o desenvolvimento de ações de controle de doenças. Informou que, baseada em portaria do Ministério da Saúde, que define critérios para aumento desse teto financeiro, a Secretaria de Saúde encaminhou a solicitação, o que significa um aumento de aproximadamente R$ 50.000,00 mensais, que já estão sendo comprometidos com o gasto de dengue. Além dos recursos financeiros foram recebidos alguns veículos. Colocou que a Secretaria tem recebido bastante apoio das outras Secretarias, embora ainda assim os recursos sejam insuficientes, pois os problemas são muitos. Sr. Marcos reforçou a importância do envolvimento de todos para a solução dos problemas. Sr. Renato perguntou sobre a composição da Comissão Regional e se haveria possibilidade de ampliar a participação. Com relação às telas e tampas de caixas d'água Sra. Salma esclareceu que a distribuição é feita nas áreas de maior risco, onde não seja possível dar solução definitiva ao problema. Sra. Regina Lara esclareceu que a Comissão Regional funciona na DIR e é composta por profissionais de saúde representantes de vários municípios, o que dificulta a ampliação para representação de todos os conselhos, pois ficaria uma comissão muito grande, mas seria possível que o Fórum Regional de Conselhos elegesse representantes para acompanharem os trabalhos da comissão. Dra. Maria do Carmo colocou que em Campinas existe uma Comissão Municipal de Combate à Dengue, que deverá ser reativada, comissão essa que prevê a representação de um usuário membro do Conselho Municipal de Saúde, que poderá ser escolhido em uma próxima reunião. Respondendo ao Sr. Edson Eugênio, Sra. Salma esclareceu que para determinar se um caso é importado ou não são analisados vários fatores, mas há alguns que permanecem indeterminados. Independente disso, são realizadas as ações necessárias e é feita a comunicação aos municípios. O próximo ponto da pauta era a validação da aprovação do Plano de Ações e Metas do Programa Municipal de DST/AIDS. Dra. Maria do Carmo esclareceu que, devido à urgência do assunto, embora não tivesse havido quorum para votação na reunião de dezembro, foi solicitado ao Conselho que desse sua aprovação "ad referendum" ao Plano, que foi discutido com toda a equipe do Centro de Referência de AIDS e com as ONG envolvidas com o atendimento nessa área, para que não houvesse suspensão do repasse dos recursos, pois tratava-se de uma mudança na forma de financiamento do Programa, ou seja, os recursos não mais seriam repassados via Banco Mundial e seria iniciado o repasse via Ministério da Saúde sob a forma de incentivo. Para Campinas foi destinada uma verba de R$ 485.000,00 para o ano, que deve ser dividida em 12 parcelas. Reafirmou que a idéia é trabalhar em 3 linhas: assistência, prevenção e gestão e desenvolvimento. Do total de recursos, 56% serão destinados à assistência, 37% para prevenção e 7% para gestão e desenvolvimento. Solicitou aos conselheiros que validassem a aprovação dada na reunião de 11.12.02, lembrando que o plano poderá ser alterado ao longo do ano, conforme as necessidades, embora respeitando esse percentual de destinação dos recursos. Dra. Tereza perguntou se, dentro da prevenção, foi contemplada a ampliação do acesso aos preservativos, pois muitas vezes a oferta tem ficado mais restrita a grupos tidos como mais vulneráveis e a própria rede acaba enfrentando dificuldades em desenvolver trabalhos educativos com relação à prevenção para adolescentes. Dra. Maria do Carmo informou que esse item foi contemplado e que há uma discussão, que conta com simpatia da Secretaria de Educação, para que seja desenvolvido um trabalho de distribuição de preservativos nas escolas, em conjunto com a orientação sexual, e também em núcleos comunitários de adolescentes. Sra. Eliane, coordenadora do CS São Cristóvão, questionou a viabilidade de haver uma descentralização dos recursos para a rede, o que facilitaria o trabalho a ser desenvolvido nas Unidades Básicas. Dra. Maria do Carmo esclareceu que esses recursos não são destinados exclusivamente ao Centro de Referência e sim ao Programa Municipal de DST/AIDS, que contempla as ações das Unidades. Dr. Roberto considerou que o Programa, no que diz respeito à prevenção, deveria colocar mais responsabilidade para as Unidades Básicas, o que, na sua opinião, propiciaria o desenvolvimento da criatividade dos profissionais. Considerou também que deve-se aproveitar essa oportunidade para promover a descentralização do Programa, fazendo com que ele atinja mais a periferia da cidade. Colocada em votação, a validação da aprovação "ad referendum" dada ao Plano de Aplicação e Metas foi aprovada por unanimidade. Terminado esse assunto, passou-se para a apresentação e discussão do documento contendo Orientações para eleição dos Conselhos Locais e Municipal de Saúde, documento esse que foi distribuído aos conselheiros presentes. Sra. Yara colocou que vinha desenvolvendo um trabalho, juntamente com outros usuários, de montagem de Conselhos Locais de Saúde. Informou que 75% das Unidades estariam realizando eleições durante esse ano, razão pela qual foi elaborado o documento que, após discutido e aprovado, será encaminhado às Unidades. Após a leitura do documento, foi aberta a palavra aos presentes para esclarecimentos e sugestões. Respondendo a questionamento feito pelo Dr. Roberto e Sr. Xavier, foi esclarecido que, caso haja mudança de endereço de um representante de usuário no CLS para bairro fora da área de abrangência, essa pessoa deixará de ser membro do referido Conselho, bem como, no caso de não haver mais suplentes para assumir a titularidade, deverá ser feita nova eleição. Outro questionamento feito pelo Sr. Xavier foi com relação à possibilidade de uma mesma pessoa participar do Conselho Local de uma Unidade e de um Módulo de Saúde da Família, ao que foi esclarecido que não é possível acumular a representação. Com relação a CLS dos Pronto Socorros, Dra. Maria do Carmo esclareceu que devem obedecer a mesma lógica dos demais, sempre levando em conta a área de abrangência. Dra. Tereza colocou que, no caso do PS São José, foi proposta a criação de um colegiado gestor, dado não ser referência somente para a área de abrangência daquela região. Respondendo à Sra. Rosângela, Dra. Maria do Carmo esclareceu que foi promulgada a lei que cria os Conselhos Distritais que, apesar de já existirem, ainda não eram regulamentados, cujas eleições devem obedecer os mesmos critérios e periodicidade dos

demais. Dr. Roberto propôs que sejam feitas eleições para os Conselhos Distritais com o objetivo de torná-los legais, pois boa parte dos existentes precisa se adequar. Propôs também a realização de um debate sobre a regulamentação do Conselho Distrital a fim de adequar a legislação às características das diversas regiões. Dr. Adail colocou que a lei que criou os CLS é bastante ampla e permite adaptações através de decreto, como foi o caso do CLS do Hospital Mário Gatti. Com relação aos Módulos de Saúde da Família considerou que poderia ser utilizada a mesma lei, propondo que fosse repensada a representação naqueles CLS que possuem várias equipes de saúde da família. Propôs ainda a retomada da discussão, iniciada na 6ª Conferência, de transformar a CIPA em CLS do Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho. Dra. Maria do Carmo esclareceu que a proposta de composição para os Módulos contida no documento é a composição mínima, podendo ser igual à das Unidades no caso da equipe ser maior. Dr. Roberto propôs que se colocasse no documento que a composição mínima de CLS para os Módulos seria de 1 representante da administração, 1 dos trabalhadores de saúde e 2 dos usuários, o que foi acatado pelos presentes. Dra. Maria do Carmo recolocou as sugestões apresentadas ao longo da discussão e, uma vez que os conselheiros aprovaram as orientações, informou que seriam incorporadas ao documento que será encaminhado a todas as Unidades. Com relação ao Conselho Municipal de Saúde, Sra. Silvia informou que estaria sendo publicado no dia seguinte o cronograma de eleição dos diversos segmentos, passando a fazer a leitura do mesmo para conhecimento dos presentes. Informou também que os novos conselheiros estarão tomando posse na reunião de fevereiro, pois em março deverão ser eleitos o Presidente e as comissões do Conselho. Por esse motivo, Dra. Maria do Carmo propôs ao Conselho que se prorrogue o mandato do Conselho Fiscal, Mesa Coordenadora e Secretaria Executiva até a reunião de março, o que foi acatado pelos conselheiros presentes. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

retorna a relação de atas do CMS

Página atualizada em Fevereiro / 2003